

Corte em gastos e mais apoio aos planos sociais

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney anunciará às 14 horas de hoje, em nova reunião do Conselho Político, os projetos econômicos e sociais que pretende realizar a partir de 1986. Parte desses projetos precisa de aprovação do Congresso Nacional, que entra em recesso no próximo dia 5. Oficialmente, não há resposta à indagação sobre o que acontecerá se os projetos que definirão o programa econômico do governo não forem aprovados. A solução técnica seria, segundo um assessor direto do presidente Sarney, o Decreto-Lei, já utilizado para correção dos passivos das instituições financeiras liquidadas extrajudicialmente na última semana.

O governo pretende promover correções tributárias onde predominam isenções do Imposto de Renda e no Imposto sobre Operações Financeiras, de modo a estimular o mercado de capitais e tributar mais fortemente as especulações de risco, a privatização de empresas estatais, com a fixação de parâmetros e diretrizes para tal, cortar gastos públicos, buscando o equilíbrio orçamentário mediante adoção de firmes medidas de contenção de despesas das administrações direta e indireta, inclusive nos gastos de custeio, e desenvolver um programa social nas áreas de alimentação, saúde e educação, voltado principalmente para as crianças, visando a beneficiar 20 milhões de brasileiros, com recursos estimados em Cr\$ 74 trilhões apenas em 1986.

As informações foram prestadas, ontem, pelo líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, depois de reunir-se, com outros líderes da Aliança Democrática, com o presidente José Sarney; com os ministros da Fazenda, Dílson Funaro; do Planejamento, João Sayad; do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco; e da Justiça, Fernando Lyra.

Durante a reunião, que durou mais de três horas (o presidente José Sarney só ficou meia hora, pois teve de viajar para o Rio), os ministros Dílson Funaro e João Sayad explicaram detalhadamente as medidas aos líderes da Aliança Democrática, de-

monstrando que a principal motivação do governo ao elaborar o seu programa para 86 é favorecer as classes de menor renda. Hoje de manhã, Funaro e Sayad estarão na Câmara e no Senado para explicar o "pacote" econômico e social do governo às bancadas do PMDB e do PFL e pedir apoio para sua aprovação.

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, deixou a reunião de ontem, no Palácio do Planalto, convencido de que, nos oito dias úteis que restam da atual sessão legislativa, os membros do Congresso não terão condições de rejeitar as propostas do governo, "sob pena de se estar colocando a serviço de uma elite minoritária e contra o interesse da grande maioria dos assalariados brasileiros".

Chiarelli afirmou que, na área fiscal, o "pacote" do governo concede isenção total do pagamento do Imposto de Renda para pessoas que percebem entre cinco e sete salários mínimos (ele não quis explicar os critérios, mas há diferenciação nestas duas faixas de salários), alivia o recolhimento na fonte para quem recebe até 50 salários mínimos (Cr\$ 30 milhões) e aumenta a carga fiscal ape-

nas para 0,4% da população que ganha salário no País.

O senador gaúcho assegurou que nenhuma microempresa será sacrificada pelas medidas propostas pelo governo, e somente as pessoas de renda alta (0,4% da população) terão uma tributação adicional. "A sustentação tributária do governo será sobre o faturamento de um universo restrito de empresas e pessoas físicas. Por isto, o parlamentar que tiver um mínimo de sensibilidade votará favoravelmente, afirmou.

MERENDA

Crianças com até sete anos de idade, filhos de trabalhadores cujo rendimento não ultrapasse dois salários mínimos — hoje equivalente a Cr\$ 1,2 milhão — receberão todo dia um litro de leite gratuitamente, pago pelo governo federal.

Para as mães gestantes, o governo vai ampliar o programa de complementação familiar, de forma a garantir alimentos às crianças até quatro anos. De quatro a seis anos, essas crianças deverão comparecer aos colégios do governo, para merendar. De sete aos 14 anos, o governo garante a complementação alimentar também através da merenda escolar.



Arquivo

Funaro vai hoje à Câmara e Senado pedir apoio ao "pacote"